



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE POLÍCIA AEROPORTUÁRIA - NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/BA

Decisão nº 21814605/2022-NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/BA

Processo: 08255.002749/2021-44

Assunto: **DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO - 1330.00016-2021 - JOSIANE TABARANI**

Assunto: **DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO**

1. Trata-se de defesa ao Auto de Infração n. **1330.00016-2021**, lavrado em **21/04/2021**, contra **JOSIANE TABARANI**, filha de NOEL TABARANI e MARIEROSAIRE PIERI, nacional do país França, nascida aos 26/09/1958, sexo Feminino, portadora do PASSAPORTE COMUM nº **15DD17078**, em decorrência de infração ao art. 109, II da Lei 13.445/2017, por exceder o prazo legal de estada em território nacional em 46 (quarenta e seis) dias.
2. O pedido de reconsideração ou defesa foi apresentada em **27/04/2021**, dentro do prazo legal de 10 (dez) dias assinalado no art. 309, §4, do Decreto 9.199/2017, ratificado no âmbito da IN 198/2021, em seu Art. 3º, § 3º da Polícia Federal.
3. A autuada argumentou, que antes da data limite do prazo concedido para sua estada pretendia deixar o Brasil. Entretanto alega que a companhia aérea cancelou por diversas vezes o voo de retorno, motivado pela pandemia mundial – Covid-19. Apresentou comprovantes que demonstram a remarcação das datas, sem entretanto ter feito prova de que tais mudanças teriam sido procedidas contra sua vontade, sem sua anuência. Alegou inclusive estar em férias na ilha de Morro de São Paulo, e que requereu que uma amiga brasileira ligasse para a Polícia Federal informando sua situação, o que não se mostrou útil a justificar o lapso haja vista que tal localidade possui serviço de telefonia e internet ativos, podendo a mesma ter buscado contato pelos meios oficiais.
4. Considerando que a defesa foi tempestiva, passo a sua análise.
5. A lei. 13.445/2017, Lei de Migrações, substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980) e introduziu diversos conceitos e instrumentos novos na política migratória nacional. A nova lei entrou em vigor no dia 22/11/2017 e foi regulamentada pelo Decreto n. 9.199/2017, atualmente disciplinada por procedimentos presentes na Instrução Normativa da Polícia Federal – IN 198/2021-DG/PF, alterando significativamente alguns instrumentos existentes na lei anterior, dentre eles a aplicação das penalidades.
6. Observa-se que a infração da Autuada possivelmente se deu por motivo de força maior, dentro de um contexto que afetou o mundo de forma latente, afetando principalmente o fluxo de pessoas pelo cancelamento de alguns voos internacionais.
7. Entretanto, também se verifica que, no período de 05/03/2021 à 21/04/2021 do ano corrente, outros aeroportos do Brasil mantiveram voos regulares para a Europa, como no caso da TAP, com saídas do aeródromo de Guarulhos, São Paulo. No presente caso, a Autuada poderia ter optado, caso houvesse interesse em cumprir um menor prazo de estada, em retornar para o exterior por outros aeroportos do Brasil.
8. De outra monta, também não procurou a Polícia Federal para solicitar prorrogação do prazo de estadia (motivado), ou sequer orientação para um possível retorno em tempo hábil, evitando-se irregularidades e consequente multa.
9. Todavia, considerando que a nova legislação em vigor (IN 198/2021) estabelece alguns critérios objetivos concernentes aos valores das multas; considerando o Princípio da Retroatividade, em interpretação extensiva ao âmbito administrativo punitivo, que determina que os efeitos benéficos e favoráveis de uma lei retroagem ilimitadamente e indiscriminadamente para todos os fatos anteriores à sua entrada em vigência, não seria razoável que pelo não cumprimento do prazo migratório de

- visitante, que a ele seja aplicada a penalidade de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) para cumprimento de uma sanção financeira.
10. O Art. 16, inciso I, prevê a proporcionalidade dos valores em função da condição do Infrator, considerando uma faixa de renda familiar provável.
 11. Destarte, por essa regra pode considerar no caso em tela um valor do dia multa, pelas Infrações do Art. 109 da Lei 13.455/2017, o valor de R\$ 25,00.
 12. Portanto, reconhecendo “parcialmente” a teoria da imprevisão que impossibilitou a saída tempestiva da viajante, reconhecendo também os valores financeiros reduzidos constantes na nova IN 198/2021, dou PROVIMENTO PARCIAL a defesa para alterar o Auto de Infração nº **1330.00016-2021** e consequentemente estabelecer um novo valor reduzido a penalidade aplicada. 46 (quarenta e seis) dias, vezes R\$ 25,00, totalizando o valor reduzido de multa a ser paga em **R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais)**.
 13. Atendendo ao art. 309, §9º, do Decreto 9.199/2017, que regulamentou a nova Lei de Migrações, bem como o Art. 7º, §1º da IN 198/2021, publique-se no sítio eletrônico da Polícia Federal para dar ciência ao interessado.
 14. Em atendimento ao Art. 7º, §2º da IN 198/2021, comunique-se ao interessado por mensagem eletrônica.
 15. Atualize-se no Sistema STI o novo valor reduzido do Auto de Infração supra mencionado.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS OLIVEIRA COSTA, Agente Administrativo(a)**, em 24/01/2022, às 03:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21814605** e o código CRC **52AC2FE9**.